PROJETO DE ALFABETIZAÇÃO

NÍVIA GORDO (*)

Este projeto decorre de convênio firmado entre a USP e o MEC/PREMEN/DEF e vem sendo executado sob a coordenação da Escola de Aplicação da FEUSP.

Iniciado no começo deste ano letivo, ele visa a propor, até dezembro, um modelo pedagógico que propicia a aprendizagem da leitura e da escrita com o menor dispêndio possível de tempo, esforços e gastos financeiros.

Essa proposição baseia-se na idéia de que o sucesso na alfabetização depende, essencialmente, da coerência entre o plano pedagógico e a estrutura da língua. A Lingüística, portanto, e não a Metodologia, é que deve orientar esse plano.

O documento básico que instrui o projeto aponta o não atendimento a este aspecto como a causa principal dos problemas existentes na alfabetização:

"A idéia de que a aprendizagem da leitura e da escrita está relacionada com bons métodos de ensino tem concorrido para o entendimento da alfabetização como sendo uma questão de método. Este conceito, por sua vez, norteia a maioria dos cursos de treinamento de alfabetizadores. Não são poucos os planos e projetos de alfabetização que, em nome da melhoria do ensino nas 1.as séries, propõem inovações metodológicas.

"Parece que a opção por um método é uma questão de preferência que se baseia, conscientemente ou não, numa determinada linha psicológica. Conseqüentemente, eliminam-se as possibilidades de proposições gerais e de controle racional do processo de alfabetização.

"Esta dificuldade decorre de um conceito incorreto de alfabetização. Dada a sua íntima relação com a estrutura da língua a ser ensinada, encontram-se na Lingüística os fundamentos para um conceito de alfabetização:

"Porque a língua é duplamente articulada e eminentemente vocal, alfabetizar é ensinar o código escrito, correspondente ao código oral, de modo a que o aluno domine a língua em suas duas articulações: ao nível do enunciado e ao nível dos fonemas; é habilitar o aluno a decifrar esse código (leitura) e a utilizá-lo com compreensão (escrita)."

São apresentadas, em seguida, as vantagens advindas deste conceito quando utilizado na elaboração do plano pedagógico:

(*) Coordenadora Pedagógica da Escola de Aplicação da FEUSP.

"O caráter do sistema lingüístico, até certo ponto invariável, favorece a formalização de planos de alfabetização sendo que propostas feitas neste campo serão válidas para qualquer escola, em qualquer região do país. São maiores as possibilidades de racionalização e controle do processo da aprendizagem.

"Além disto, o conceito de alfabetização inferido do conceito de língua possibilita economia de tempo, esforços e gastos financeiros, uma vez que a segunda articulação da língua, por si mesma, é altamente econômica, vistos os fonemas como unidades distintivas que, por comutação, garantem mudança de significado nas palavras. Por exemplo, numa cadeia de palavras como *mala, bala, sala, rala,* apenas a comutação dos fonemas |m, |b|, |s|, |r| assegura a distinção de significado".

Desta importância atribuída aos fonemas, dada sua função distintiva, depreende-se, ainda, o intento de demonstrar a irrelevância das polêmicas tecidas em torno da significação na aprendizagem da leitura e da escrita:

"Considerando que o signo lingüístico constitui-se de duas entidades — significante e significado —, indissociáveis entre si, conclui-se que a ênfase na aprendizagem dos aspectos formais, ou seja, nos significantes, propicia maior rentabilidade *sem prejuízo da compreensão,* desde que se tome como ponto de referência o universo vocabular dos alunos".

Nessa linha de pensamento, são explicitados os pressupostos que embasam o projeto:

— a alfabetização relaciona-se intimamente com a estrutura da língua. Disto decorre ser irrelevante, e mesmo improdutiva, a abordagem da alfabetização em termos de metodologia simplesmente;

— o bom método é aquele que o professor domina com segurança. Entretanto, se esse método não for coerente com a estrutura da língua, não se terá condições de controle racional do trabalho pedagógico, podendo ocorrer redundância de esforços (do professor e do aluno) e perda de tempo. Acresce-se a isto o fato de que, na maioria das vezes, a alfabetização fica incompleta, remetendo-se para a 2.ª e demais séries, aspectos da aprendizagem que, necessariamente, devem ser assegurados na 1.ª série;

— um desses aspectos, fundamental na alfabetização e quase sempre relegado, é o que se refere à segunda articulação da língua, dada a função dos fonemas no processo de formação das palavras. Se o aluno não dominar este processo ele poderá estar quando muito semi-alfabetizado sendo que a sua aprendizagem em leitura e escrita será insuficiente;

— este aspecto não pode e não deve ser encarado como uma questão de método. Parta-se de onde se quiser — do conto, da oração, da palavra, da sílaba — só se cumprirá efetivamente a alfabetização, se apreendida a língua em sua segunda articulação, ou seja, ao nível dos fonemas;

— além dos desperdícios de tempo e de esforços, passíveis de mensuração, o não atendimento a esse aspecto parece responder, em muitos dos casos, por distúrbios da linguagem: troca e omissão de fonemas e letras, defeitos de articulação e pronúncia. É possível, mesmo, responsa-

bilizar esse não atendimento pela acentuação dos problemas de dislexia, dislalia, disortografia;

— o plano pedagógico vinculado à estrutura da língua é a forma racional para conduzir o processo da alfabetização. A estrutura da língua permite aferir um conceito de alfabetização que, independentemente de pessoa, de tempo e de espaço, favorece o controle e a avaliação da aprendizagem. Tornam-se viáveis, assim, proposições em âmbito nacional.

Finalmente, pressupõe-se que a racionalização pretendida baseia-se nas seguintes idéias:

— o aluno, ao vir para a escola, já é um competente falante de sua língua nativa, ou seja, domina suficientemente o código oral, segundo seu nível de linguagem, e dispõe de uma gramática praticamente pronta;

— a alfabetização processa-se, ou deveria processar-se, em torno de um vocabulário significativo para o aluno: ele compreende o que lê quando o vocabulário escrito corresponde ao seu vocabulário oral;

— falta-lhe, muitas vezes, a habilidade de articular corretamente a palavra uma vez que a aprendizagem da língua é feita pela audição. Desta forma, a articulação correta dos fonemas constitui um dos aspectos importantes a serem observados na alfabetização, posto que a correspondência sonoridade-grafismo é básica numa língua essencialmente fonética como a nossa;

— a estrutura básica do código oral é a oração e, em especial, a palavra — unidade mínima de significado;

— a palavra constitui-se de duas entidades indissociáveis: significado e significante — que, oralmente, são conhecidos pelo aluno. Pela sua intuição, como falante, ao emitir, por exemplo, a palavra *cavalo*, ele relaciona esta cadeia de sons |Kavalu| (significante) com o significado que se lhe corresponde — idéia, conceito de animal. O que ele não conhece e vai constituir objeto de ensino é o domínio desse significante no código escrito;

— diante do exposto, a abordagem racional do processo da alfabetização vê a *palavra* e, mais precisamente, o significante que a constitui, como o *elemento básico a ser tomado como ponto de partida*. Obtém-se, assim, economia de tempo, esforços e gastos financeiros;

— é discutível a afirmação de que a ênfase no significado facilita a aprendizagem porque esta passa a ser feita com compreensão. O estudo imediato dos elementos constituintes da palavra como |bo| e/ou |b| de *bola* não prejudica em nada a aprendizagem uma vez que esses elementos podem ser perfeitamente compreendidos por qualquer criança do país, como elementos componentes de uma palavra que traz consigo um significado (conceito de bola). Assim, os automatismos da leitura e da escrita não são essencialmente mecânicos porque implicam relação com o significado;

— parece justificar-se, portanto, a ênfase inicial a ser dada no domínio desses automatismos. Após este domínio é que se vai insistir nas habilidades de compreensão de textos e de expressão escrita. A capacidade de

ler e de escrever exige, antes de tudo, o domínio dos mecanismos da leitura e da escrita.

A fim de comprovar a exeqüibilidade dessas proposições, foram incluídas no projeto, além da Escola de Aplicação, três escolas da rede oficial de ensino: GESC Prof. Caetano Miele, Bairro Cangaíba; GESC Alberto Torres, Bairro Butantã e GESC do K. 18 de Osasco.

Ao todo, o projeto abrange oito classes de 1.ª série, num total de duzentos e setenta alunos. Ao mesmo tempo, são acompanhadas na Escola de Aplicação, para avaliação mais efetiva do projeto, duas classes de 2.as séries compreendendo alunos alfabetizados no ano passado, de acordo com o plano atualmente seguido.

Os professores reuniram-se no início do ano para, sob orientação da Escola de Aplicação, elaborarem seus planos de ensino e se inteirarem das diretrizes do projeto. Outras reuniões vêm sendo realizadas mensalmente com o objetivo de avaliar, a partir de resultados parciais, o aproveitamento dos alunos.

Esta avaliação baseia-se no roteiro de palavras e sílabas-chave selecionadas para a alfabetização, uma vez que se optou pela não adoção de cartilha. Estas palavras, em número de trinta e cinco, foram selecionadas tendo em vista o nível de interesse e de linguagem do aluno, bem como, a sua adequação à estrutura da língua; suas características e dificuldades.

De acordo com este roteiro, duzentos e cinqüenta e sete alunos já estão alfabetizados atingindo-se, assim, uma porcentagem de 95%. Dos treze alunos restantes, sete são julgados recuperáveis por serem alunos de aprendizagem lenta. Os demais, em número de seis, são casos de reprovação.

Quanto aos alunos das 2.as séries, vêm demonstrando, a partir deste 2.º semestre, domínio satisfatório das dificuldades mais complexas da língua. Estão lendo e escrevendo com razoável desenvoltura.

No primeiro semestre de 1977, será entregue ao PREMEN/DEF documentação completa do trabalho realizado sendo que a sua divulgação, em âmbito nacional, dependerá de sua apresentação e defesa em seminário a ser realizado com a participação de representantes do Ministério da Educação e Cultura.